

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1

### TEORIA DA CONSTITUIÇÃO ..... 21

1. Introdução .....	21
1.1. Constituição: conceito .....	21
1.2. Constituição: estrutura .....	24
1.3. Direito Constitucional .....	25
1.4. Constitucionalismo .....	25
2. Concepções de Constituição .....	30
2.1. Introdução .....	30
2.2. Constituição sob o prisma sociológico .....	30
2.3. Constituição sob o aspecto político .....	30
2.4. Constituição em sentido jurídico .....	31
2.5. Concepção culturalista da Constituição (a busca por alguma conexão entre os sentidos anteriormente apresentados) .....	32
3. Classificação das Constituições .....	33
3.1. Quanto à origem .....	33
3.2. Quanto à estabilidade (mutabilidade ou processo de modificação) .....	34
3.3. Quanto à forma .....	37
3.4. Quanto ao modo de elaboração .....	37
3.5. Quanto à extensão .....	38
3.6. Quanto ao conteúdo .....	39
3.7. Quanto à finalidade .....	40
3.8. Quanto à interpretação .....	40
3.9. Quanto à correspondência com a realidade = critério ontológico .....	41
3.10. Quanto à ideologia (ou quanto à dogmática) .....	42
3.11. Quanto à unidade documental (quanto à sistemática) .....	43
3.12. Quanto ao sistema .....	43
3.13. Quanto ao local da decretação .....	44
3.14. Quanto ao papel da Constituição (ou função desempenhada pela Constituição) .....	44
3.15. Quanto ao conteúdo ideológico (ou quanto ao objeto) .....	45
3.16. Outras classificações .....	45
4. Aplicabilidade das Normas Constitucionais .....	47
4.1. Introdução .....	47
4.2. A classificação de José Afonso da Silva .....	48
4.3. A classificação de Maria Helena Diniz .....	50

4.4. A classificação de Uadi Lammêgo Bulos .....	50
4.5. Críticas .....	50
5. Princípios instrumentais de interpretação da Constituição e das leis .....	50
5.1. Princípio da supremacia da Constituição ..	51
5.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição .....	51
5.3. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis .....	52
5.4. Princípio da unidade da Constituição .....	52
5.5. Princípio da força normativa .....	52
5.6. Princípio do efeito integrador .....	53
5.7. Princípio da concordância prática ou harmonização .....	53
5.8. Princípio da máxima efetividade ou da eficiência (intervenção efetiva) .....	53
5.9. Princípio da conformidade funcional ou justiça .....	54
6. Elementos da Constituição .....	54
7. Breve histórico das Constituições Brasileiras .....	55
8. Quadro sinótico .....	60
9. Questões .....	70
9.1. Questões objetivas .....	70
9.2. Questão discursiva .....	72
Gabarito – questões objetivas .....	72
Gabarito – questão discursiva .....	76

## CAPÍTULO 2

### PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E PODERES DERIVADOS (DECORRENTE, REFORMADOR E DIFUSO) ..... 77

1. Introdução .....	77
2. Natureza do poder constituinte .....	78
3. Titularidade .....	79
4. Exercício (ou formas de expressão do poder constituinte) .....	80
5. Espécies .....	81
6. Características do poder constituinte originário ..	83
7. Direitos adquiridos e o poder constituinte originário .....	86
8. O poder constituinte supranacional .....	87
9. Poder constituinte e a tese do patriotismo constitucional .....	87



5.2. Liberdade de ação .....	210	41. Erro judiciário .....	252
5.3. Liberdade de pensamento e manifestação	210	42. Gratuidade.....	252
5.4. Liberdade de consciência, crença e culto..	213	43. Isenção de custas e despesas judiciais .....	252
5.5. Liberdade de profissão .....	222	44. Direito à razoável duração do processo.....	252
5.6. Liberdade de locomoção .....	224	45. Proteção geral de dados .....	252
5.7. Liberdade de reunião .....	226	46. Quadro sinótico .....	254
5.8. Liberdade de associação.....	228	47. Questões.....	265
6. Direito à propriedade .....	230	47.1. Questões objetivas .....	265
6.1. Introdução .....	230	Gabarito – questões objetivas .....	266
6.2. Função social da propriedade .....	230		
6.3. Limitações ao direito de propriedade .....	231	<b>CAPÍTULO 6</b>	
6.3.1. Desapropriação.....	232	<b>DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>269</b>
6.3.2. Requisição .....	233	1. Introdução .....	269
6.3.3. Expropriação ou confisco.....	234	2. Notícias históricas.....	270
6.3.4. Usucapião .....	235	3. Finalidade .....	271
7. Direito à propriedade intelectual .....	235	4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	271
8. Direito à propriedade industrial .....	235	5. Classificação dos direitos sociais .....	271
9. Direito à herança e sucessão .....	235	6. Reserva do possível .....	280
10. Defesa do consumidor .....	236	6.1. Introdução .....	280
11. Direito genérico à informação .....	236	6.2. Notícias históricas.....	280
12. Direito de petição e direito à obtenção de certidões .....	236	6.3. A teoria da “reserva do possível” no direito pátrio.....	281
13. Inafastabilidade do judiciário .....	236	7. Mínimo existencial.....	284
14. Limitação a retroatividade da lei .....	237	8. Judicialização do direito à saúde .....	285
15. Juiz natural.....	238	9. Vedação do retrocesso .....	290
16. Tribunal do júri.....	239	10. Quadro sinótico .....	292
17. Legalidade penal e irretroatividade da lei penal...	240	11. Questões.....	295
18. Práticas discriminatórias e crimes inafiançáveis...	241	11.1. Questões objetivas .....	295
19. Intranscendência da pena .....	243	Gabarito – questões objetivas .....	296
20. Individualização da pena .....	243		
21. Vedação de penas.....	243	<b>CAPÍTULO 7</b>	
22. Direitos assegurados aos presos.....	244	<b>DIREITO DE NACIONALIDADE.....</b>	<b>301</b>
23. Extradicação (brasileiro nato e naturalizado).....	246	1. Introdução .....	301
24. Extradicação (estrangeiro).....	246	1.1. Conceitos relacionados à matéria .....	302
25. Juiz natural.....	246	2. Espécies de nacionalidade .....	305
26. Devido processo legal .....	246	2.1. Nacionalidade primária .....	305
27. Contraditório e ampla defesa .....	246	2.1.1. Critérios de atribuição .....	305
28. Provas ilícitas .....	247	2.1.2. Hipóteses de aquisição .....	306
29. Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade .....	248	2.2. Nacionalidade secundária (ou adquirida)..	310
30. Identificação criminal .....	249	2.3. Quase nacionalidade (ou brasileiros por equiparação).....	314
31. Ação penal privada subsidiária da pública.....	250	3. Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados .....	315
32. Publicidade dos atos processuais .....	250	4. Extradicação .....	320
33. Prisão civil por dívida .....	250	5. Perda do direito de nacionalidade.....	325
34. Habeas corpus .....	251	6. Art. 13, CF/88.....	329
35. Mandado de segurança .....	251	7. Quadro sinótico .....	329
36. Mandado de segurança coletivo.....	251	8. Questões.....	332
37. Mandado de injunção.....	251	8.1. Questões objetivas .....	332
38. Habeas data.....	251	8.2. Questão discursiva.....	334
39. Ação popular .....	251	Gabarito – questões objetivas .....	334
40. Assistência jurídica estatal.....	252	Gabarito – questão discursiva.....	337

**CAPÍTULO 8**

**DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS..... 339**

1.	Introdução .....	339
2.	Conceito.....	339
3.	Classificação dos direitos políticos.....	340
4.	Direitos políticos positivos.....	340
4.1.	Soberania popular .....	340
4.1.1.	Direito de sufrágio .....	340
4.1.2.	Direito de voto e escrutínio .....	341
4.1.3.	Ação popular.....	343
4.1.4.	Iniciativa popular de leis .....	343
4.1.5.	Plebiscito e referendo .....	343
4.1.6.	Alistabilidade ou capacidade eleitoral ativa .....	346
4.1.7.	Elegibilidade ou capacidade eleitoral passiva .....	348
5.	Direitos políticos negativos.....	351
5.1.	Introdução .....	351
5.2.	Perda de direitos políticos .....	351
5.3.	Suspensão de direitos políticos .....	351
6.	Inelegibilidades.....	355
6.1.	Introdução .....	355
6.2.	Classificação .....	355
6.3.	Inelegibilidade absoluta .....	356
6.4.	Inelegibilidades relativas .....	357
7.	Ação de impugnação de mandato eletivo .....	367
8.	Princípio da anterioridade (ou anualidade) eleitoral .....	367
9.	Partidos Políticos .....	369
9.1.	Introdução .....	369
9.2.	Conceito .....	370
9.3.	Notícias históricas.....	370
9.4.	Natureza jurídica e requisitos para criação .....	370
9.5.	Liberdade e autonomia partidária.....	372
9.6.	Fidelidade partidária .....	375
9.7.	Financiamento dos Partidos .....	377
9.8.	Participação política das mulheres.....	379
9.9.	Recursos financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas .....	380
10.	Quadro sinótico .....	380
11.	Questões.....	385
11.1.	Questões objetivas .....	385
11.2.	Questão discursiva.....	387
	Gabarito – questões objetivas .....	387
	Gabarito – questão discursiva.....	390

**CAPÍTULO 9**

**AÇÕES CONSTITUCIONAIS..... 391**

1.	Remédios constitucionais de natureza administrativa (não jurisdicional) .....	391
1.1.	Direito de petição – art. 5º, XXXIV, “a”, CF/88 .....	391

1.2.	Direito à obtenção de certidões – art. 5º, XXXIV, “b”, CF/88; c/c Lei nº 9.051/1995 ...	392
2.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII e LXXVII, CF/88).....	392
2.1.	Introdução .....	392
2.2.	Legitimidade.....	393
2.3.	Espécies .....	393
2.4.	Cabimento .....	394
2.5.	Pressuposto lógico e especificidades .....	396
2.6.	Competência .....	398
2.7.	Procedimento .....	400
2.8.	Sistema recursal .....	400
2.9.	Técnica decisória, repercussões processuais e efeitos .....	401
2.10.	Do cabimento do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo – o caso da substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12. anos ou de pessoas com deficiência .....	401
3.	Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF/88 e Lei nº 12.016/2009).....	403
3.1.	Introdução .....	403
3.2.	Cabimento .....	403
3.3.	Hipóteses de restrição de cabimento do mandado de segurança individual.....	404
3.4.	Competência .....	405
3.5.	Legitimidade ativa e passiva.....	407
3.6.	Procedimento .....	408
3.7.	Apontamentos acerca do procedimento no mandado de segurança .....	408
3.8.	Efeitos da decisão e recursos.....	409
3.9.	Prazo para impetração do mandado de segurança .....	411
4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF/88) .....	412
4.1.	Introdução .....	412
4.2.	Hipóteses de cabimento.....	413
4.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	413
4.4.	Competência .....	414
4.5.	Procedimento .....	414
4.6.	Efeitos da decisão .....	415
4.7.	Principais súmulas relacionadas ao mandado de segurança .....	415
5.	Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88 e Lei nº 13.300/2016) .....	417
5.1.	Notícias históricas e conceito .....	417
5.2.	Requisitos para o cabimento .....	418
5.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	420
5.4.	Competência .....	422
5.5.	Procedimento .....	422
5.6.	Decisão e recursos cabíveis .....	423
5.7.	O debate acerca dos efeitos da decisão concessiva de injunção .....	424

6.	<i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII, CF/88 c/c Lei nº 9.507/1997) .....	427	5.6.	Territórios Federais.....	468
6.1.	Introdução .....	427	6.	Formação de novos Estados e Municípios.....	469
6.2.	Cabimento .....	428	6.1.	Introdução .....	469
6.3.	Legitimidade ativa e passiva.....	429	6.2.	Formação de novos Estados .....	470
6.4.	Competência .....	430	6.3.	Formação de novos Municípios.....	473
6.5.	Procedimento .....	432	7.	Vedações constitucionais.....	476
6.6.	Decisão .....	433	8.	Repartição constitucional de competências.....	476
7.	Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF/88; Lei nº 4.717/1965).....	434	8.1.	Introdução .....	476
7.1.	Introdução .....	434	8.2.	Princípios norteadores .....	477
7.2.	Conceito .....	434	8.3.	Técnicas de repartição .....	478
7.3.	Espécies.....	434	8.4.	Competências da União.....	479
7.4.	Requisitos .....	435	8.4.1.	Materiais exclusivas – art. 21, CF/88.....	479
7.5.	Legitimidade ativa e passiva.....	436	8.4.2.	Legislativas privativas – art. 22, CF/88.....	484
7.6.	Competência .....	437	8.4.3.	Materiais comuns – art. 23,CF/88.	506
7.7.	Procedimento .....	438	8.4.4.	Legislativas concorrentes – art. 24, CF/88 .....	507
7.8.	Decisão na ação popular .....	438	8.5.	Competências dos Estados-membros .....	517
8.	Quadro sinótico .....	439	8.6.	Competências dos Municípios.....	520
9.	Questões.....	448	8.7.	Competências do Distrito Federal .....	526
9.1.	Questões objetivas .....	448	9.	Quadro sinótico .....	527
9.2.	Questões discursivas .....	449	10.	Questões.....	532
	Gabarito – questões objetivas .....	450	10.1.	Questões objetivas – Organização político-administrativa do Estado .....	532
	Gabarito – questões discursivas .....	452		Gabarito – questões objetivas .....	534
			10.2.	Questões objetivas – Repartição constitucional de competências.....	536
				Gabarito – questões objetivas .....	538
			10.3.	Questão discursiva.....	540
				Gabarito – questão discursiva.....	540
<b>CAPÍTULO 10</b>					
<b>ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO .....</b>					
<b>455</b>					
1.	Introdução .....	455	<b>CAPÍTULO 11</b>		
2.	Forma de Estado.....	455	<b>INTERVENÇÃO .....</b>		
3.	Tipologias de formas de Estado .....	455	<b>543</b>		
3.1.	Estado unitário .....	455	1.	Introdução .....	543
3.2.	Estado federado .....	456	2.	Conceito.....	543
3.3.	Outras formas de Estado .....	458	3.	Princípios que regem o processo interventivo .....	544
4.	Classificação das federações.....	460	3.1.	Princípio da não intervenção (ou da excepcionalidade da medida) .....	544
4.1.	Quanto à origem (ou formação).....	460	3.2.	Princípio da taxatividade .....	544
4.2.	Quanto à atual concentração de poder....	461	3.3.	Princípio da temporariedade.....	545
4.3.	Quanto à repartição de competências .....	461	4.	Espécies de intervenção .....	545
4.4.	Quanto ao equacionamento das desigualdades, as federações podem ser simétricas ou assimétricas.....	462	4.1.	Intervenção federal .....	545
4.5.	Quanto às esferas integrantes da federação, temos o federalismo de segundo e de terceiro grau .....	462	4.2.	Intervenção estadual .....	552
4.6.	O Pensamento do possível no federalismo cooperativo .....	463	5.	Quadro sinótico .....	554
5.	A federação na Constituição da República de 1988.....	464	6.	Questões.....	556
5.1.	Introdução .....	464			
5.2.	União .....	465			
5.3.	Estados-membros.....	466			
5.4.	Municípios.....	466			
5.5.	Distrito Federal.....	467			

6.1. Questões objetivas .....	556	8. Hipóteses de perda do mandato .....	643
Gabarito – questões objetivas .....	558	8.1. A cassação e a extinção do mandato.....	643
<b>CAPÍTULO 12</b>		8.1.1. Cassação .....	643
<b>PODER LEGISLATIVO .....</b>		8.1.2. Extinção .....	644
1. Introdução .....	563	8.1.3. A polêmica envolvendo a con-	
2. Estrutura do Poder Legislativo.....	565	denação criminal transitada em	
3. Composição e atribuições das Casas Legislativas .	566	juízo e a perda (automática ou	
3.1. Câmara dos Deputados .....	566	não?) do mandato do congressis-	645
3.2. Senado Federal.....	570	ta.....	
3.3. Quadro comparativo da composição da		8.1.4. Quadro para fixação das diferen-	
Câmara dos Deputados e do Senado Fe-		tes hipóteses de perda do manda-	
deral .....	573	to.....	647
3.4. Assembleias Legislativas.....	574	8.2. A perda como decorrência da desfiliação	
3.5. Câmara Legislativa do Distrito Federal .....	576	partidária sem justa causa ou anuência do	
3.6. Câmaras Municipais .....	576	partido.....	648
4. Funcionamento e direção do Poder Legislativo....	577	8.3. A impossibilidade de as Constituições Es-	
4.1. Noções introdutórias.....	577	taduais inovarem em matéria de perda de	
4.2. Do funcionamento: sessão legislativa or-		mandato parlamentar .....	650
dinária, sessão legislativa extraordinária e		8.4. A possibilidade de o Supremo Tribunal	
legislatura .....	577	Federal determinar a suspensão de um	
4.3. Sessões preparatórias e Mesas Diretoras..	580	parlamentar de suas funções .....	651
4.4. Sessão conjunta.....	585	9. Hipóteses que não ensejam a perda do mandato	652
5. Das Comissões Parlamentares .....	585	10. Tribunal de Contas.....	653
5.1. Introdução .....	585	10.1. Introdução .....	653
5.2. Comissão representativa do Congresso		10.2. Composição do Tribunal de Contas da	
Nacional.....	586	União .....	654
5.3. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) .	587	10.3. Garantias dos integrantes dos Tribunais	
5.3.1. Introdução.....	587	de Contas.....	655
5.3.2. Notícias históricas .....	587	10.4. Atribuições dos Tribunais de Contas e a	
5.3.3. As Comissões Parlamentares de		prerrogativa para apresentação de proje-	
Inquérito na Constituição Federal		tos de lei .....	657
de 1988 .....	589	10.5. Rejeição da prestação de contas e inelegi-	
6. Imunidades dos congressistas .....	610	bilidade.....	665
6.1. Introdução .....	610	10.6. Ministério Público que atua junto ao Tri-	
6.2. Imunidade material .....	613	bunal de Contas da União .....	668
6.3. Imunidades formais.....	618	10.7. Tribunais de Contas dos Estados-mem-	
6.3.1. Imunidade formal relativa à pri-		bros, Distrito Federal e Municípios.....	668
ção ( <i>freedom from arrest</i> ).....	618	10.8. Comentários finais sobre as Cortes de	
6.3.2. Imunidade formal relativa ao pro-		contas .....	671
cesso .....	624	11. Quadro sinótico .....	671
6.4. Imunidade testemunhal (ou probatória)...	627	12. Questões.....	679
6.5. Imunidades dos demais membros do Po-		12.1. Questões objetivas .....	679
der Legislativo .....	628	Gabarito – questões objetivas .....	681
6.5.1. Âmbito estadual e distrital.....	628	<b>CAPÍTULO 13</b>	
6.5.2. Âmbito municipal.....	630	<b>PROCESSO LEGISLATIVO .....</b>	
6.6. Foro por prerrogativa de função .....	631	1. Introdução .....	687
6.6.1. Introdução.....	631	2. Espécies de processo legislativo .....	689
6.6.2. Foro especial para os congressis-		3. Espécies normativas .....	690
tas .....	632	3.1. Introdução .....	690
6.6.3. Foro especial para os Deputados		3.2. Leis ordinárias – processo legislativo ordi-	
Estaduais e Vereadores.....	640	nário .....	690
7. Incompatibilidades .....	641	3.3. Procedimento legislativo sumário ou re-	
		gime de urgência constitucional (art. 64,	
		§§ 1º a 4º, CF/88) .....	714



7.3.1. Previsão constitucional, legal e finalidade .....	834	1. Introdução .....	895
7.3.2. Competência exclusiva.....	834	2. Ministério Público.....	895
7.3.3. Pressupostos (requisitos constitucionais).....	834	2.1. Introdução .....	895
7.3.4. Objeto .....	835	2.2. Natureza .....	896
7.3.5. Legitimidade para provocar a edição, revisão ou cancelamento do enunciado de súmula vinculante ..	835	2.3. Princípios institucionais.....	897
7.3.6. Aspectos procedimentais.....	837	2.4. Ingresso na carreira .....	900
7.3.7. O efeito vinculante.....	837	2.5. Garantias e vedações aos membros do Ministério Público.....	901
7.3.8. Cabimento da reclamação .....	838	2.6. Organização e composição do Ministério Público.....	906
8. Arquitetura do Poder Judiciário.....	838	2.7. Procurador-Geral da República.....	908
8.1. Introdução .....	838	2.8. Procurador-Geral de Justiça .....	911
8.2. Órgãos de convergência .....	838	2.9. Conselho Nacional do Ministério Público..	912
8.3. Órgãos de superposição .....	839	2.10. Funções Institucionais do Ministério Público .....	914
8.4. Justiça comum .....	839	2.10.1. Investigação criminal e teoria dos “poderes implícitos” .....	916
8.5. Justiça especial .....	839	2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas.....	917
9. O Supremo Tribunal Federal (arts. 101 a 103, CF/88) .....	840	3. Advocacia pública .....	919
9.1. Introdução .....	840	3.1. Introdução .....	919
9.2. Composição .....	840	3.2. Organização da Advocacia-Geral da União	920
9.3. Atribuições .....	842	3.3. O Advogado-Geral da União .....	921
9.3.1. Primeiras palavras.....	842	3.4. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.....	922
9.3.2. Inciso I – Competências originárias .....	845	3.5. Procuradorias municipais .....	925
9.3.3. Inciso II – Competência recursal ordinária.....	858	3.6. Pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos .....	925
9.3.4. Inciso III – Competência recursal extraordinária .....	859	4. Advocacia privada.....	926
10. Superior Tribunal de Justiça (arts. 104 e 105, CF/88) .....	863	4.1. Introdução .....	926
10.1. Introdução .....	863	4.2. Habilitação para a profissão de advogado e a questão da indispensabilidade .....	926
10.2. Composição .....	863	4.3. A inviolabilidade do advogado .....	928
10.3. Competências.....	865	4.4. Direitos do advogado .....	928
10.4. Competências comparadas .....	867	5. Defensoria Pública .....	930
11. Justiça do Trabalho (arts. 111 a 116, CF/88) .....	869	5.1. Introdução .....	930
12. Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121, CF/88) .....	871	5.2. Notícias históricas.....	931
13. Tribunais e Juízes Militares (arts. 122 a 124, CF/88) .....	874	5.3. Arquitetura e organização da Defensoria Pública .....	933
14. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110, CF/88) .....	876	5.4. Garantias, prerrogativas e vedações para os membros da Defensoria Pública .....	937
15. Tribunais e Juízes dos Estados (arts. 125 e 126, CF/88) .....	880	5.5. Destinatários dos serviços prestados pela Defensoria Pública.....	940
16. Quadro sinótico .....	882	5.6. Representação judicial e extrajudicial .....	941
17. Questões.....	889	5.7. Legitimidade para a propositura de ação civil pública.....	942
17.1. Questões objetivas .....	889	6. Quadro comparativo.....	942
17.2. Questão discursiva.....	891	7. Quadro sinótico .....	943
Gabarito – questões objetivas .....	891	8. Questões.....	948
Gabarito – questão discursiva.....	893	8.1. Questões objetivas .....	948
		Gabarito – questões objetivas .....	950

**CAPÍTULO 16**

**FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA ..... 895**

**CAPÍTULO 17****CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ..... 953**

1.	Introdução .....	953
2.	Tipologia da inconstitucionalidade .....	954
2.1.	Introdução .....	954
3.	Parâmetro para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade .....	960
4.	Classificação das fórmulas adotadas para o controle de constitucionalidade .....	960
4.1.	Introdução .....	960
4.2.	Quanto à natureza do órgão .....	961
4.3.	Quanto ao momento do controle .....	961
4.4.	A relação entre o órgão e o momento de controle no direito brasileiro .....	962
4.5.	Quanto ao número de órgãos competentes para a realização do controle .....	968
4.6.	Quanto à finalidade (ou objetivo) do controle .....	968
5.	Controle difuso de constitucionalidade .....	970
5.1.	Introdução .....	970
5.2.	Primeiras palavras .....	970
5.3.	O Controle difuso nos Tribunais .....	972
5.4.	Efeitos da decisão .....	974
5.4.1.	Introdução .....	974
5.4.2.	Efeitos quanto ao aspecto temporal .....	974
5.4.3.	Efeitos quanto ao aspecto subjetivo .....	976
5.5.	A atuação do Senado Federal no controle difuso .....	976
5.6.	A abstrativização (ou objetivação) do controle difuso .....	977
5.7.	Tipos de ações no controle difuso .....	979
5.7.1.	Introdução .....	979
5.7.2.	O controle difuso e a ação civil pública .....	979
6.	Controle concentrado .....	981
6.1.	Introdução .....	981
6.2.	Controle concentrado no Brasil .....	981
6.3.	Ação Direta de Inconstitucionalidade .....	982
6.3.1.	Introdução .....	982
6.3.2.	Legitimidade ativa .....	983
6.3.3.	Parâmetro e objeto .....	989
6.3.4.	Procedimento .....	996
6.3.5.	Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado de constitucionalidade .....	1000
6.3.6.	<i>Amicus curiae</i> .....	1003
6.3.7.	Medida cautelar .....	1007
6.3.8.	Efeitos das decisões definitivas .....	1008
6.3.9.	Possibilidade recursal .....	1015
6.3.10.	Técnicas de decisão .....	1017
6.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade .....	1020
6.4.1.	Introdução .....	1020
6.4.2.	Legitimidade ativa .....	1020
6.4.3.	Parâmetro e objeto .....	1021
6.4.4.	Competência .....	1022
6.4.5.	Aspectos procedimentais .....	1022
6.4.6.	Medida cautelar na ADC .....	1023
6.4.7.	Decisão definitiva .....	1024
6.5.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão .....	1024
6.5.1.	Introdução .....	1024
6.5.2.	Objeto .....	1025
6.5.3.	Legitimidade ativa e passiva .....	1026
6.5.4.	Procedimento .....	1026
6.5.5.	Medida liminar .....	1027
6.5.6.	Efeitos da decisão definitiva .....	1027
6.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental .....	1029
6.6.1.	Introdução .....	1029
6.6.2.	Legitimidade ativa .....	1029
6.6.3.	Parâmetro .....	1030
6.6.4.	Princípio da subsidiariedade: definição, a aplicação da fungibilidade e a definição do objeto .....	1031
6.6.5.	Espécies de ADPF .....	1033
6.6.6.	Medida cautelar na ADPF .....	1035
6.6.7.	Decisão definitiva .....	1036
6.6.8.	Viabilidade de acordo no âmbito da ADPF .....	1037
7.	Decisão “per curiam” e processo estrutural .....	1038
8.	Quadro sinótico .....	1038
9.	Questões .....	1048
9.1.	Questões objetivas .....	1048
9.2.	Questão discursiva .....	1050
	Gabarito – questões objetivas .....	1051
	Gabarito – questão discursiva .....	1055

**CAPÍTULO 18****CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS ..... 1057**

1.	Introdução .....	1057
2.	Competência .....	1058
3.	Objeto .....	1058
4.	Parâmetro .....	1059
4.1.	Introdução .....	1059
4.2.	Constituição Estadual como parâmetro .....	1059
4.3.	Constituição Federal como parâmetro .....	1060
5.	Legitimação .....	1061
6.	Ações possíveis em âmbito estadual .....	1063
7.	Interposição de Recurso Extraordinário no STF em face das decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça .....	1063

8.	Simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade .....	1066
9.	Quadro sinótico .....	1068
10.	Questões.....	1070
10.1.	Questões objetivas .....	1070
	Gabarito – questões objetivas .....	1072

## **CAPÍTULO 19**

### **DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....**

1.	Introdução .....	1077
2.	Da defesa das instituições democráticas .....	1078
3.	Estado de Defesa .....	1079
3.1.	Introdução .....	1079
3.2.	Hipóteses de decretação (pressupostos materiais ou condições de fundo para a decretação).....	1080
3.3.	Titularidade .....	1080
3.4.	Requisitos (condições de forma) .....	1080
3.5.	Procedimento .....	1080
3.6.	Medidas coercitivas.....	1081
3.7.	Controle.....	1081
4.	Estado de Sítio .....	1083
4.1.	Introdução .....	1083
4.2.	Hipóteses de decretação .....	1083
4.3.	Titularidade .....	1084
4.4.	Requisitos .....	1084
4.5.	Procedimento e prazo .....	1084
4.6.	Restrições de Direitos.....	1085
4.7.	Controle.....	1085
5.	Forças Armadas .....	1086
5.1.	Introdução .....	1086
5.2.	Missões constitucionais das Forças Armadas .....	1086
5.3.	Características .....	1090
6.	Segurança Pública.....	1094
6.1.	Introdução .....	1094
6.2.	Órgãos de segurança pública – alguma arquitetura.....	1095
6.3.	Órgãos federais – a segurança pública realizada pelos órgãos da União .....	1098
6.4.	Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados .....	1098
6.5.	A segurança pública no Distrito Federal ....	1103
6.6.	A segurança pública nos Municípios .....	1103
6.7.	A segurança pública nos Territórios Federais .....	1107
6.8.	Direito de greve e carreiras de segurança pública .....	1107
7.	Quadro sinótico .....	1109
8.	Questões.....	1113
8.1.	Questões objetivas .....	1113

Gabarito – questões objetivas .....	1115
-------------------------------------	------

## **CAPÍTULO 20**

### **ORDEM ECONÔMICA .....**

1.	Introdução .....	1119
2.	Princípios gerais da ordem econômica .....	1120
3.	Análise dos artigos 171 a 192 da Constituição .....	1127
3.1.	Art. 171.....	1127
3.2.	Art. 172.....	1127
3.3.	Arts. 173 e 174: a atuação do Estado no domínio econômico.....	1128
3.4.	Arts. 175 a 181: outras formas de atuação do Estado no domínio econômico.....	1131
3.5.	Arts. 182 e 183: política urbana .....	1132
3.6.	Arts. 184 a 191: política agrícola, fundiária e reforma agrária.....	1134
3.7.	Art. 192: sistema financeiro nacional .....	1135
4.	Quadro sinótico .....	1137
5.	Questões.....	1138
5.1.	Questões objetivas .....	1138
	Gabarito – questões objetivas .....	1140

## **CAPÍTULO 21**

### **ORDEM SOCIAL .....**

1.	Introdução .....	1145
2.	Da seguridade social .....	1146
2.1.	Notícias históricas.....	1146
2.2.	Definição .....	1147
2.3.	Financiamento.....	1147
2.4.	Objetivos .....	1147
2.5.	Saúde.....	1148
2.6.	Previdência Social.....	1155
2.7.	Assistência Social.....	1155
3.	Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 217, CF/88).....	1157
4.	Da ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-b, CF/88) .....	1168
5.	Da comunicação social (arts. 220 a 224, CF/88) ...	1169
6.	Do meio ambiente .....	1171
6.1.	Precedentes firmados pelo STF sobre o tema “meio ambiente” .....	1173
7.	Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso .....	1176
8.	Dos índios (arts. 231 e 232, CF/88).....	1181
9.	Quadro sinótico .....	1185
10.	Questões.....	1187
10.1.	Questões objetivas .....	1187
10.2.	Questões discursivas .....	1189
	Gabarito – questões objetivas .....	1190
	Gabarito – questões discursivas .....	1192

### **BIBLIOGRAFIA.....**